

Peemedebista apela: 'Poupem o Congresso'

160 1985
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A mais veemente defesa do Congresso Nacional, diante das críticas à falta de frequência aos plenários, foi feita ontem, na Câmara, pelo deputado Cardoso Alves (SP), secretário-geral do PMDB, que concluiu com apelo à imprensa para que aponte, um a um, "os que eventualmente mereçam a execração pública, mas que poupe o Parlamento", porque, "poupando-o, estará poupando a si mesma e contribuindo para o florescimento da democracia".

"A imprensa — disse — é a irmã xifópaga do Parlamento. Se morre o Parlamento, morre a imprensa. Quando o Parlamento foi fechado pelo tacão do arbítrio, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou receitas de bolos e poesias de Camões. Se somos oprimidos pelas clarinetas, lá entram os censores; se somos oprimidos pelas baionetas, lá entram as tesouras." Por isso, a seu ver, a imprensa deve poupar o Congresso como instituição, "sem deixar de ser uma imprensa vigilante e fiscalizadora".

Afirmou o parlamentar que, "em nenhum momento crucial da vida política do País, faltou número na Câmara". "Não será agora — acrescentou — quando renasce a plantinha tenra da democracia, de que falava Mangabeira, que os deputados haverão faltar ao seu mister". Argumentou que o cargo de senador e de

deputado não se exerce exclusivamente no plenário, mas também nas comissões técnicas de suas Casas, nos Ministérios, na Presidência da República, nos governos estaduais, onde os parlamentares defendem os interesses dos seus eleitores, de suas cidades, de suas regiões. "O cargo se exerce continuamente — disse — quando o parlamentar dá uma entrevista à imprensa, quando está viajando para atender aos compromissos de sua função. É um cargo trabalhoso. Quem se dispuser a exercê-lo na plenitude, precisa desistir dos aspectos hedonistas da própria vida." Roberto Cardoso Alves foi muito aplaudido pelo plenário, onde ontem se registrava comparecimento maior do que o normal: cerca de 50 deputados.

Protesto

Em nome do PDT, o deputado Matheus Schmidt (RS) protestou ontem, na Câmara, contra a decisão do Conselho Político do governo, de fazer aprovar, na Casa, o projeto de lei de autoria do líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), que, modificando os critérios da lei eleitoral, reduz o tempo dos pequenos partidos destinado à propaganda gratuita no rádio e na televisão. "Esse é o maior dos casuísmos" — afirmou o parlamentar, acrescentando esperar que a Câmara mande arquivar o projeto "por inconstitucionalidade, já que matéria sobre o mesmo assunto já foi por ela votada este ano".